

13 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, a partir da data da publicação (no DR), na página electrónica da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

5 de Agosto de 2009. — O Reitor, *Fernando Ramôa Ribeiro*.

ANEXO I

Bibliografia e Legislação para as Provas de Conhecimentos

I — Geral

Constituição da República Portuguesa;
Tratados fundacionais da União Europeia e Direito das Comunidades e da União Europeia, aplicáveis ao perfil deste posto de trabalho;
Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto);
Reconhecimento de assinaturas e autenticação de documentos (Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de Março);
Bases da Contabilidade Pública (Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro);
CAUPERS, João, “Introdução à Ciência da Administração Pública”, Coimbra, Ancora Editora, 2002;
BILHIM, João Abreu de Faria, “Gestão Estratégica de Recursos Humanos”, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2006;
BILHIM, João Abreu de Faria, “Teoria Organizacional — Estruturas e Pessoas”, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2006.

II — Organização Administrativa

Orgânica do Governo Constitucional em funções;
Regimento do Conselho de Ministros (Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2005, de 15 de Abril, alterada e republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2006, de 18 de Maio);
Administração Directa do Estado (Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro);

III — Actividade Administrativa

Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro);
Acolhimento e atendimento ao Público, Simplificação de Procedimentos e Audição de Utentes (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril);
Sistema Integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração Pública (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro);

IV — Ensino Superior/Universidade Técnica de Lisboa

Lei de Bases do Sistema Educativo — Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto);
Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior — Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;
Avaliação do Ensino Superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto);
Agência de avaliação e acreditação (Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro);
Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de Ensino Superior (ECTS) (Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho);
Regime jurídico do título académico de agregado (Decreto-Lei n.º 239/2007, 19 de Junho);
Graus e diplomas do Ensino Superior: Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho);
Graus do ensino superior (Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro);
Reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros (Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro e Portaria n.º 29/2008, de 10 de Agosto);
Reconhecimento e equivalência de Graus Estrangeiros (Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro);

Reconhecimento de diplomas de ensino superior que sancionam formações profissionais com a duração mínima de três anos (Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de Agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 369/99, de 13 de Outubro e 71/2003, de 10 de Abril e regulamentado pela Portaria n.º 325/2000, de 8 de Junho, alterada pela Portaria 41/2008, de 11 de Janeiro);

Regime Jurídico das Instituições de Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (decreto lei n.º 125/99, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2005, de 31 de Maio);

Ingresso e Acesso ao ensino superior:

Regime geral (Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 90/2008, de 31 de Maio);
Maiores de 23 anos (Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março);
Reingresso, mudança de curso e transferência (Decreto-Lei n.º 196/2006, de 10 de Outubro e Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril);
Regimes especiais (Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro e Portaria n.º 854-B/99, de 4 de Outubro);
Concursos especiais (Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 64/2006, de 21 de Março e 88/2006, de 23 de Maio e Portaria n.º 854-A/99, de 4 de Outubro).
Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa (Despacho Normativo n.º 57/2008, de 28 de Outubro, publicado no DR 2.ª série n.º 216, de 6 de Novembro);

202237328

Faculdade de Arquitectura

Despacho n.º 20008/2009

Por despacho do presidente do conselho directivo de 15 de Junho de 2009, proferido por delegação de competências, foi autorizada a licença sabática à Doutora Maria Marques Calado Albuquerque Gomes, ao abrigo do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 448/79 de 13 de Novembro (Estatuto da Carreira Docente Universitária), no lectivo de 2009-2010. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

26 de Agosto de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco José Gentil Berger*.

202236112

Despacho n.º 20009/2009

Por despacho do Senhor Presidente do Conselho Directivo de 15 de Junho de 2009, proferido por delegação de competências, foi autorizada a licença sabática ao Doutor José Duarte Centeno Gorjão Jorge, ao abrigo do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 448/79 de 13 de Novembro (Estatuto da Carreira Docente Universitária), para o 1.º semestre do ano lectivo de 2009-2010. (Isento de fiscalização prévia do T.C)

26 de Agosto de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco José Gentil Berger*.

202237296

Faculdade de Motricidade Humana

Declaração de rectificação n.º 2198/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* 2.ª série n.º 110 de 8 de Junho de 2009, página 22995, o Despacho (extracto) n.º 13426/2009 (2.ª série) relativo à Mestre Cristina Maria Neves Pereira Campos, rectifica-se que onde se lê:

“Mestre Cristina Maria Neves Pereira Campos- autorizado a prorrogação do contrato como assistente além do quadro desta Faculdade”
Deve ler-se:

“Mestre Cristina Maria Neves Pereira Campos, por despacho do Presidente do Conselho Directivo, da Faculdade de Motricidade Humana, de 25/10/2007, proferido por delegação de competências, do Reitor da UTL, publicado no D. R. 2.ª série n.º 101, de 25/05/2007, foi autorizado o contrato administrativo de provimento, por um ano renovável por triénios, como Assistente Convivida a 40%, além quadro da Faculdade de Motricidade Humana, com efeitos a partir de 25 de Outubro de 2007”

26 de Junho de 2009. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

202237377

Declaração de rectificação n.º 2199/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* 2.ª série n.º 109 de 5 de Junho de 2009, página 22849, o Despacho (ex-